

# SCG IV Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da**

**SCG IV Holding S.A.**

São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SCG IV Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SCG IV Holding S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação

de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Valor recuperável de ágio com vida útil indefinida

Veja a nota 15 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia apresenta em seu balanço patrimonial um saldo relevante de ágio referente a aquisição da Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.</p> <p>Conforme o CPC 01, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio).</p> <p>O teste de redução ao valor recuperável está sujeito a incertezas relacionados às premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável, principalmente, a determinação da taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria..</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável, tais como, taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto, e comparamos essas premissas com informações de mercado levando em consideração nosso conhecimento sobre a Companhia e a indústria em que ela opera.</li> <li>- Adicionalmente, efetuamos a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas no modelo adotado pela Companhia assim como análise da performance atual em comparação com o orçado no ano anterior. Também avaliamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</li> <li>- Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os saldos do ágio, no tocante à sua recuperabilidade, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</li> </ul>

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

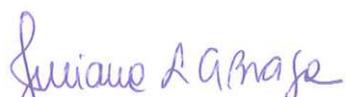
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Juliana Leonam de Araujo Braga  
Contadora CRC 1SP-251062/O-5

**SCG IV Holding S.A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	9	25.451	24.253	2.709	10.536	Empréstimos e financiamentos	17	1.047	18.640	351	-
Contas a receber de clientes	10	28.137	18.728	-	-	Passivos de Arrendamentos	16	2.403	-	-	-
Estoques	11	12.893	23.870	-	-	Fornecedores e outras contas a pagar	18	4.228	10.345	48	4.546
Impostos de renda e contribuição social	12.a	544	443	104	3	Adiantamento de clientes		2.173	1.004	-	-
Impostos a recuperar	12.b	3.955	6.660	-	-	Provisões trabalhistas		3.995	3.843	-	-
Despesas pagas antecipadas		565	384	-	-	Débitos com pessoas ligadas		-	-	15	-
Outras contas a receber		1.922	614	265	-	Obrigações fiscais e trabalhistas	19	2.019	4.217	88	-
		<u>73.467</u>	<u>74.952</u>	<u>3.078</u>	<u>10.539</u>	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>15.865</u>	<u>38.049</u>	<u>502</u>	<u>4.546</u>
<b>Total do ativo circulante</b>											
Impostos diferidos ativo	20	47.763	46.695	-	-	<b>Não circulante</b>					
Outras contas a receber	21	5.420	2.087	1.062	-	Empréstimos e financiamentos	17	180.000	51.431	60.000	-
Depósitos judiciais e cauções	21	788	700	-	-	Passivos de Arrendamentos	16	2.775	-	-	-
		<u>53.971</u>	<u>49.482</u>	<u>1.062</u>	<u>-</u>	Fornecedores e outras contas a pagar	18	-	98.563	-	98.563
Total do realizável a longo prazo						Provisões trabalhistas		-	130	-	5
Investimentos	13	-	-	237.260	266.765	Provisão para contingências	21	3.482	3.392	-	-
Imobilizado	14	145.250	143.539	-	-	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>186.257</u>	<u>153.516</u>	<u>60.000</u>	<u>98.568</u>
Intangível	15	139.125	139.220	-	-	<b>Patrimônio líquido</b>					
		<u>338.346</u>	<u>332.241</u>	<u>238.322</u>	<u>266.765</u>	Capital social	22	214.100	214.100	214.100	214.100
<b>Total do ativo não circulante</b>											
						Prejuízos acumulados		<u>(33.202)</u>	<u>(39.910)</u>	<u>(33.202)</u>	<u>(39.910)</u>
		<u>411.813</u>	<u>407.193</u>	<u>241.400</u>	<u>277.304</u>	<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<u>180.898</u>	<u>174.190</u>	<u>180.898</u>	<u>174.190</u>
<b>Total do ativo</b>											
						<b>Participação de não controladores</b>		<u>28.793</u>	<u>41.438</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>209.691</u>	<u>215.628</u>	<u>180.898</u>	<u>174.190</u>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>411.813</u>	<u>407.193</u>	<u>241.400</u>	<u>277.304</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SCG IV Holding S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	2019	2018	2019	2018	
Receita operacional líquida	23	132.399	107.797	-	-
Custos dos produtos e serviços prestados	24	(87.682)	(62.312)	-	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>44.717</b>	<b>45.485</b>	-	-
Despesas comerciais	24	(7.330)	(6.172)	-	-
Despesas administrativas	24	(12.797)	(13.121)	(279)	(98)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(518)	(444)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	24	(193)	(19.817)	-	(19.553)
Resultado da venda de ativos imobilizados		101	3.895	-	-
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>23.980</b>	<b>9.826</b>	<b>(279)</b>	<b>(19.651)</b>
Despesas financeiras	25	(14.743)	(14.538)	(6.017)	(5.745)
Receitas financeiras	25	1.831	2.373	336	426
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(12.912)</b>	<b>(12.165)</b>	<b>(5.681)</b>	<b>(5.319)</b>
Resultados de equivalência patrimonial	13	-	-	12.668	10.455
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>11.068</b>	<b>(2.339)</b>	<b>6.708</b>	<b>(14.515)</b>
Imposto corrente		-	-	-	-
Imposto diferido	20	1.068	(7.695)	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>1.068</b>	<b>(7.695)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>		<b>12.136</b>	<b>(10.034)</b>	<b>6.708</b>	<b>(14.515)</b>
Atribuível a:					
Controladores		6.708	(14.515)		
Não-controladores		5.428	4.481		
<b>Resultado por ação do capital social no fim do exercício - R\$</b>	26	<b>0,06</b>	<b>(0,05)</b>	<b>0,03</b>	<b>(0,07)</b>

\* Veja nota explicativa 4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ações no final do exercício	207.274	207.274	207.274	207.274
-----------------------------	---------	---------	---------	---------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SCG IV Holding S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>12.136</u>	<u>(10.034)</u>	<u>6.708</u>	<u>(14.515)</u>
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b><u>12.136</u></b>	<b><u>(10.034)</u></b>	<b><u>6.708</u></b>	<b><u>(14.515)</u></b>
Atribuível a:				
Participação de controladores	6.708	(14.515)	-	-
Participação de não controladores	5.428	4.481	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SCG IV Holding S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores			Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Prejuízos Acumulados	Total		
<b>Saldos reapresentado em 01 de janeiro de 2018</b>		<u>194.100</u>	<u>(25.395)</u>	<u>168.705</u>	<u>36.957</u>	<u>205.662</u>
Aumento de capital social	22	20.000	-	20.000	-	20.000
Prejuízo do exercício		-	(14.515)	(14.515)	4.481	(10.034)
<b>Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2018</b>		<u>214.100</u>	<u>(39.910)</u>	<u>174.190</u>	<u>41.438</u>	<u>215.628</u>
Lucro do exercício		-	6.708	6.708	5.428	12.136
Distribuição de dividendos		-	-	-	(18.073)	(18.073)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<u>214.100</u>	<u>(33.202)</u>	<u>180.898</u>	<u>28.793</u>	<u>209.691</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SCG IV Holding S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado antes de impostos</b>	11.068	(2.339)	6.708	(14.515)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação do imobilizado	14	36.161	23.283	-
Amortização do intangível	15	386	374	-
Resultado da venda de ativos imobilizados	14	(103)	(3.893)	-
Juros com empréstimos e financiamentos	17	8.441	8.352	351
Juros sobre passivos de arrendamentos	16	370	-	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	10	518	444	-
Provisão de obsolescência de estoques	11	142	-	-
Provisão (reversão) de contingências	21	(1.007)	1.486	-
Resultado de equivalência patrimonial	13	-	-	(12.668)
			(12.668)	(10.455)
<b>Redução (aumento) nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Contas a receber de clientes		(9.927)	(3.960)	-
Estoques		10.835	(11.367)	-
Impostos a recuperar		2.604	(2.669)	(101)
Despesas pagas antecipadamente		(181)	436	-
Outras contas a receber		(4.641)	16.902	(1.327)
Depósitos judiciais e cauções		(88)	(28)	-
Fornecedores e outras contas a pagar		(104.680)	2.320	(103.061)
Adiantamento de clientes		1.169	258	-
Pagamento de ações trabalhistas		917	(669)	-
Obrigações fiscais e trabalhistas		(2.046)	1.495	88
Provisões trabalhistas		(130)	-	(5)
Demais contas a pagar		-	-	15
<b>Outros fluxos de caixa de atividades operacionais</b>				
Juros pagos sobre arrendamentos	16	(370)	-	-
Juros pagos com empréstimos	17	(8.127)	(8.289)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais</b>		(58.689)	22.137	(110.000)
				(9.977)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado		(35.282)	(23.166)	-
Venda de imobilizado		4.907	5.180	-
Aquisição de intangível		(292)	(689)	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		(30.667)	(18.675)	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital social		-	20.000	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(18.073)	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	17	180.000	-	60.000
Recebimento de dividendos		-	-	42.173
Pagamentos de passivos de arrendamentos	16	(2.035)	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	17	(69.338)	(17.313)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamentos</b>		90.554	2.687	102.173
				20.000
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		1.198	6.149	(7.827)
				10.024
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício		24.253	18.104	10.536
No fim do exercício		25.451	24.253	2.709
		1.198	6.149	(7.827)
				10.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A SCG IV Holding S.A. (“Companhia”) é uma Companhia de capital fechado e tem sua sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1356 no bairro Vila Olímpia em São Paulo - SP, e possui como objetivo a participação em outras sociedades comerciais, como sócia, acionista ou cotista (“holding”). A Companhia foi constituída em 21 de março de 2014 e em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a alteração da razão social da Latefah Empreendimentos e Participações S.A. para SCG IV Holding S.A..

A Companhia controla a Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A. (“Tópico”) que é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2006 e em 27 de agosto de 2014 virou sociedade anônima de capital fechado. A sede da Tópico fica na avenida Jorge Alfredo Camasmie, nº 122, no bairro Parque Industrial Ramos de Freitas - lote 20 - quadra C, na cidade de Embu das Artes no estado de São Paulo. A Tópico tem como objeto a fabricação de coberturas, estruturas metálicas, infláveis, entre outros itens para montagem de infraestrutura flexível e atuante também no segmento de locação e comercialização desses ativos, sendo líder neste mercado brasileiro.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e sua controlada (conjuntamente referidas como ‘Grupo’).

### 2 Relação de entidade controlada

Veja política contábil na Nota Explicativa 7(a).

Segue abaixo participação acionária do Grupo:

	Participação acionária %		
	País	2019	2018
Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.	Brasil	70	70

### 3 Base de preparação

#### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram autorizadas pela diretoria em 15 de maio de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na Nota Explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo, descritas na Nota Explicativa 7.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

### a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 23** - Receita líquida de venda e serviços: determinação do momento da transferência do controle inerente a prestação de serviço de locação.
- **Nota 10** - Provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes: principais premissas sobre a probabilidade do não recebimento do contas a receber com clientes;
- **Nota 20** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 14** - Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável, principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 15** - Intangível (ágio): teste de redução ao valor recuperável, análise de existência de indícios de imparidade dos ativos intangíveis (ágio);
- **Nota 21** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

## 5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.b e o ativo imobilizado, reconhecido pelo custo atribuído. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 6 Mudança nas principais práticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não foram reapresentadas, ou seja, conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados à informações comparativas.

### a. Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 7.f.

Na transição para o CPC 06 (R2), o Grupo escolheu por aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06 (R2) apenas para contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento, de acordo com o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019, bem como para os contratos vigentes nesta data.

### b. Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, sendo os principais enquadrados a norma, os imobiliários. O Grupo classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente o Grupo. De acordo com o CPC 06 (R2), o Grupo reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos estão registrados no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

(i) **Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)**

Anteriormente, o Grupo classificava arrendamentos de imóveis e veículos como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 16). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c. **Como arrendador**

O Grupo faz arrendamentos de infraestruturas flexíveis, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais, das quais não são requeridos ajustes na transição para o CPC 06 (R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 – Receita com Cliente para alocar a contraprestação no contrato bem como os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 – Instrumentos Financeiros ao investimento líquido no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte das receitas de locação.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2).

**d. Impacto nas demonstrações financeiras**

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), o grupo reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento ajustados à valor presente pela taxa incremental de empréstimos e não houve qualquer ajuste inicial na conta de lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

**1º de janeiro de 2019**

Direito de uso de arrendamento	7.394
Passivos de arrendamentos – Circulante	(1.175)
Passivos de arrendamentos - Não circulante	(6.038)

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de CDI + 3,25% a.a..

**1º janeiro de 2019**

Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019	7.394
– Isenção para reconhecimento de arrendamentos de ativos de baixo valor	-
– Isenção de reconhecimento de arrendamentos que possuem o prazo de arrendamento de 12 meses, ou menos, na transição	-
Passivos de arrendamento reconhecidos em 1º de janeiro de 2019	7.213
Ajuste a valor presente reconhecido em 1º de janeiro de 2019	(182)

**7 Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Base de consolidação**

**(i) Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

**(ii) Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras do Grupo, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(iii) Participação de acionistas não-controladores**

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**(iv) Perda de controle**

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

**(v) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos de investimentos, são eliminados contra a sua participação no patrimônio líquido da investida.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

*Ativos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados (VJORA) como ao valor justo por meio de resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a

correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão

antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo de investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

#### *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os Grupo e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **(v) *Instrumentos financeiros derivativos***

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não possuía operações de derivativos.

#### **(vi) *Capital social***

Ações nominativas são classificadas como patrimônio líquido. Os lucros apurados serão destinados conforme deliberação dos acionistas.

### **c. *Redução ao valor recuperável (Impairment)***

#### **(i) *Ativos financeiros não-derivativos***

##### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso, considerando situação financeira do cliente.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperada*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos o Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido o Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

*Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixas (“UGC’s”). O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**(iii) Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As provisões para perdas esperadas (*impairment*) são reconhecidas de acordo com as normas do CPC48, com base nos percentuais históricos de perda, segregados por categoria de clientes e de acordo com o aging da carteira. Para títulos vencidos acima de 180 dias, os valores são provisionados integralmente, com exceção de casos específicos em que existam garantias reais

ou renegociações já aprovadas pela administração. O montante apropriado para perda, líquidos das recuperações em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 518 (R\$ 444 em 2018).

**d. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**e. Estoque**

Os estoques de matéria-prima, peças e acessórios são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo de produção, ajustados ao valor realizável líquido e automaticamente classificados como imobilizado após essa mensuração. Os estoques são compostos por matérias-primas nacionais e importadas, acessórios e materiais de consumo na produção. Além disso, quando necessário, uma provisão para estoques de giro lento e/ou obsoletos é constituída para refletir o risco de realização desses estoques.

**f. Arrendamentos**

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

**(i) Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

**(ii) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

*Arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curta duração*

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**(iii) Como arrendador**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de outras receitas.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis o Grupo como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2), exceto para a classificação do subarrendamento celebrado durante o período do relatório atual que resultou em uma classificação de arrendamento financeiro.

**g. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou ativação por industrialização, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de adoção inicial dos CPCs, foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de resultado na venda de ativos imobilizados no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

São incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o período corrente são, aproximadamente, as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Instalações	10 anos
Ferramentas	5 anos
Ativos de galpão	entre 6 (lona) e 15 anos (estrutura)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## **h. Ativos intangíveis e ágio**

### **(i) Reconhecimento e Mensuração**

#### *Ágio*

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### **(ii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

## **i. Provisões**

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os custos financeiros incorridos são reconhecidos no resultado.

## **j. Provisão para contingências**

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda desses processos inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizada até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada processo e apoiada na opinião de consultores jurídicos do Grupo. Os fundamentos e natureza da provisão para perdas com processos judiciais estão descritos na Nota Explicativa 21.

**k. Dividendos**

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração do Grupo é destacada no patrimônio líquido e registrada como obrigação no passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”.

**l. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**m. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças de ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o

momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for suficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **n. Receita de serviços e venda de produtos**

### **(i) Locação**

A receita de locação é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

### **(ii) Venda de produtos**

A venda de produtos novos ocorre por encomenda do cliente, o Grupo adquire os materiais e incorre nos serviços para preparação do produto e quando ocorre a entrega do produto é reconhecida a receita na rubrica de receita operacional de vendas. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência persuasiva de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**o. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas com clientes.

Ganhos e perdas cambiais são reportados em suas respectivas linhas ativas e passivas.

**p. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## 8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019, exceto pelo CPC 06(R2) mencionado acima. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	734	143	32	3
Aplicações financeiras	24.717	24.110	2.677	10.533
	<u>25.451</u>	<u>24.253</u>	<u>2.709</u>	<u>10.536</u>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa são consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas são denominadas em Reais e remuneradas, no consolidado e na controladora, por taxas variáveis de 985% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente.

## 10 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2019	2018
Duplicatas a receber	39.769	29.842
Provisão para perda de crédito esperada	(11.632)	(11.114)
	<u>28.137</u>	<u>18.728</u>

A tabela abaixo demonstra a perda de crédito esperada consolidada:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
A vencer	23.564	16.633
Vencidos:		
Até 30 dias	2.864	986
31 a 60 dias	732	564
61 a 90 dias	664	295
91 a 180 dias	785	250
181 a 360 dias	546	707
Acima de 361 dias	10.614	10.407
Total contas a receber	39.769	29.842
Provisão para perda de crédito esperada	(11.632)	(11.114)
<b>Total líquido</b>	<b>28.137</b>	<b>18.728</b>

A despesa com provisão para perda de crédito esperada foi registrada na rubrica de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração de resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica provisão para perda de crédito esperada são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2019 de provisão para perda do contas a receber é composto, em sua maioria por créditos em acordo judicial e contas a receber de clientes em recuperação judicial.

A exposição do Grupo a riscos de crédito dos saldos de contas a receber de cliente está divulgada na nota explicativa 27.

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável é como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Em 1º de janeiro	(11.114)	(10.670)
Provisão para perda de crédito esperada	(2.470)	(1.636)
Valores não usados, estornados	1.952	1.192
Em 31 de dezembro	(11.632)	(11.114)

## 11 Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Matérias primas	7.689	13.088
Materiais indiretos	3.653	4.559
Outros estoques	141	5.050
Matérias de uso e consumo	1.410	1.173
	12.893	23.870

A provisão para obsolescência é calculada sobre as famílias de produtos identificadas com giro superior a 12 meses. Nestas famílias estão os produtos classificados como acessórios. O cálculo é feito com base na última entrada do fornecedor para o estoque, independente do armazém que recebe esta mercadoria, quanto maior o período de permanência do artigo nos estoques do Grupo, maior o percentual de perda estimada por obsolescência. Em 2019, a redução dos valores de estoques para valores realizáveis líquidos totalizou R\$ 142 (em 2018 não foi necessária uma constituição de provisão).

## 12 Impostos a recuperar

### a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Imposto de renda	538	437
Contribuição social	6	6
	544	443

### b. Outros impostos a recuperar

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
ICMS a recuperar	-	1.394
IPI a recuperar	2.301	1.619
PIS a recuperar	-	326
COFINS a recuperar	-	1.531
INSS a recuperar	794	1.146
Outros impostos a recuperar	860	644
	3.955	6.660

## 13 Investimentos

### a. Composição dos investimentos

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Tópico Locações de Equipamentos de Galpões para Indústria S.A.	99.910	129.415
Ágio por combinação de negócios (nota 15)	137.350	137.350
	237.260	266.765

Em 31 de dezembro 2019	Part %	Total do ativo	Total do Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Custos e Despesas	Lucro ou Prejuízo	Equivalência Patrimonial
Tópico	70%	270.339	141.635	128.704	132.399	114.306	18.093	12.668
Em 31 de dezembro 2018	Part %	Total do ativo	Total do Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Custos e Despesas	Lucro ou Prejuízo	Equivalência Patrimonial
Tópico	70%	259.304	88.451	170.853	107.797	92.861	14.936	10.455

**b. Movimentação dos investimentos**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Em 1º de janeiro	<u><b>129.415</b></u>	<u><b>118.960</b></u>
Recebimento de dividendos	(42.173)	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>12.668</u>	<u>10.455</u>
Em 31 de dezembro	<u><b>99.910</b></u>	<u><b>129.415</b></u>

**14 Imobilizado**

**a. Movimentações do custo e da depreciação**

<b>Custo</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2019</b>
Máquinas e equipamentos	10.425	53	-	10.478
Veículos	5.769	-	(127)	5.642
Móveis e utensílios	1.695	114	-	1.809
Equipamentos de informática	1.936	388	-	2.324
Equipamentos de segurança	464	1	(24)	441
Instalações	339	21	-	360
Ferramentas	946	98	-	1.044
Ativos de galpão	243.243	34.354	(5.505)	272.092
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.051	107	-	4.158
Imobilizado em andamento	-	146	-	146
Direito de uso de imóveis	-	6.182	-	6.182
Direito de uso de veículos	-	1.212	-	1.212
<b>Total</b>	<u>268.868</u>	<u>42.676</u>	<u>(5.656)</u>	<u>305.888</u>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Máquinas e equipamentos	(5.888)	(779)	-	(6.667)
Veículos	(4.381)	(739)	103	(5.017)
Móveis e utensílios	(754)	(153)	-	(907)
Equipamentos de informática	(1.217)	(232)	-	(1.449)
Equipamentos de segurança	(44)	(77)	-	(121)
Instalações	(164)	(30)	-	(194)
Ferramentas	(646)	(99)	-	(745)
Ativos de Galpão	(110.042)	(31.226)	749	(140.519)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.193)	(610)	-	(2.803)
Direito de uso de imóveis	-	(1.762)	-	(1.762)
Direito de uso de veículos	-	(454)	-	(454)
<b>Total</b>	<u>(125.329)</u>	<u>(36.161)</u>	<u>852</u>	<u>(160.638)</u>
<b>Valor líquido contábil</b>	<u>143.539</u>	<u>6.515</u>	<u>(4.804)</u>	<u>145.250</u>

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
<b>Custo</b>				
Máquinas e equipamentos	9.761	717	(53)	10.425
Veículos	5.747	22	-	5.769
Móveis e utensílios	1.546	192	(43)	1.695
Equipamentos de informática	1.779	396	(239)	1.936
Equipamentos de segurança	72	392	-	464
Instalações	371	71	(103)	339
Ferramentas	894	98	(46)	946
Ativos de Galpão	225.287	21.795	(3.839)	243.243
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.292	793	(34)	4.051
<b>Total</b>	<b>248.749</b>	<b>24.476</b>	<b>(4.357)</b>	<b>268.868</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Máquinas e equipamentos	(5.110)	(778)	-	(5.888)
Veículos	(3.549)	(832)	-	(4.381)
Móveis e utensílios	(624)	(144)	14	(754)
Equipamentos de informática	(968)	(249)	-	(1.217)
Equipamentos de segurança	(31)	(13)	-	(44)
Instalações	(154)	(27)	17	(164)
Ferramentas	(540)	(106)	-	(646)
Ativos de Galpão	(91.139)	(20.634)	1.731	(110.042)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.693)	(500)	-	(2.193)
<b>Total</b>	<b>(103.808)</b>	<b>(23.283)</b>	<b>1.762</b>	<b>(125.329)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>144.941</b>	<b>1.193</b>	<b>(2.595)</b>	<b>143.539</b>

**b. Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)**

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01(R1) de 6 de agosto de 2010 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, o Grupo efetuou o teste por redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A Administração não identificou a existência de ativos tangíveis reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

**c. Imobilizado em andamento**

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da conta de imobilizado em andamento era de R\$ 146, e estavam substancialmente representadas pelos gastos com a obra de ampliação da fábrica em Embu das Artes – SP.

## 15 Intangível

	31/12/2018	Adições	31/12/2019
<b>Custo</b>			
Ágio de combinação de negócios	137.350	-	137.350
Outros	3.357	292	3.648
<b>Total</b>	<b>140.707</b>	<b>292</b>	<b>140.998</b>
<b>Amortização acumulada</b>			
Outros	(1.487)	(386)	(1.873)
<b>Total</b>	<b>(1.487)</b>	<b>(386)</b>	<b>(1.873)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>139.220</b>	<b>(386)</b>	<b>139.125</b>

### **Análise de perda ao valor recuperável para UGCs contendo ágio**

O Grupo testa ágio para impairment no mínimo anualmente.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), nesse caso, há apenas uma UGC definida que é a Tópico.

O Grupo utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada UGC, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores.

A taxa de desconto reflete o risco associado do negócio, englobando o risco de mercado, risco país, risco tamanho e o risco re-alavancado que está relacionado com o crescimento comparativo de empresas que fazem parte do mesmo setor. A taxa de desconto é aplicada ao fluxo de caixa futuro para se determinar o valor que um patrimônio líquido teria numa base de fluxo de caixa.

A taxa de desconto utilizada foi definida através do modelo matemático denominado “Weighted Average Cost of Capital – WACC”. Este método reflete o retorno requerido pela Companhia. Dessa forma, o modelo captura os riscos e benefícios associados com a estrutura de capital adotada pela Companhia para o financiamento de suas operações.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Taxa de desconto	12,3	12,3
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,5	5,9
Taxa de crescimento do LAJIDA projetado (média dos cinco anos)	8,9	10,5

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento conforme expectativa da administração, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.
- Os fluxos de caixa estimados para 2020 foram considerados no LAJIDA projetado.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2019 e 2018. A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave, conforme descrito anteriormente, que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

## 16 Passivos de arrendamentos

Título contábil	Encargos	Natureza	Vencimento	2019	2018
Arrendamento mercantil	Taxa média 100% CDI + 3,25%a.a.	Direito de Uso de Imóveis e Veículos	13/05/2024	5.178	-
				<b>5.178</b>	-
Passivo circulante				2.403	-
Passivo não circulante				2.775	-
Total				<b>5.178</b>	-

Ver política contábil na nota explicativa 7.f.

O Grupo arrenda imóveis e veículos. Esses arrendamentos normalmente duram de 2 a 3 anos, com opção de renovação automática após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Os arrendamentos das unidades fábricas e alguns de filiais foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1), e continuam sendo tratados dessa forma pois não atendem aos critérios para fins de contabilização de acordo com a nova norma pois possuem contratos firmados com período até 12 meses e não há qualquer custo adicional para rescisão dos mesmos, e dessa forma continuam sendo classificados como arrendamentos operacionais e reconhecidos como despesa no resultado.

Os contratos de arrendamentos são de imóveis e veículos, e as taxas de juros aplicadas foram a mesma de empréstimos incremental para cálculo do desconto a valor presente é de CDI + 3,25%.

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é a arrendatário estão apresentadas abaixo:

**a. Direito de uso de arrendamento**

	01 de janeiro de 2019	Adições	Depreciação	2019
Imóveis	6.182	-	(1.762)	4.420
Veículos	1.212	-	(454)	758
<b>Total Geral (Nota 14)</b>	<b>7.394</b>	<b>-</b>	<b>(2.216)</b>	<b>5.178</b>

**b. Passivos de arrendamentos**

	2019
Saldo em 1º de Janeiro	7.213
Constituição	-
Adição	-
Despesa com juros	370
Pagamentos	(2.035)
Juros pagos	(370)
Saldo em 31º de Dezembro	<u>5.178</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

2021	1.361
2022	827
2023	348
2024	<u>239</u>
Total	<u>2.775</u>

**c. Valores reconhecidos no resultado**

	2019
Depreciações e amortizações (Nota 14)	2.216
Juros sobre arrendamentos	370

**d. Valores reconhecidos nas demonstrações dos fluxos de caixa**

	2019
Depreciações e amortizações	2.216
Juros sobre passivos de arrendamentos	370
Juros pagos sobre arrendamentos	(370)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(2.216)

## 17 Empréstimos e financiamentos

<b>Título contábil</b>	<b>Encargos</b>	<b>Natureza</b>	<b>Garantias</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Debêntures	Taxa média 100% CDI + 3,25%a.a.	fluxo de caixa	parcela dos recebíveis	15/01/2021	120.696	70.071
Debêntures	Taxa média 100% CDI + 4,9%a.a.	fluxo de caixa	parcela dos recebíveis	12/11/2024	60.351	-
					<b>181.047</b>	<b>70.071</b>
Curto prazo					1.047	18.640
Longo prazo					180.000	51.431
<b>Total</b>					<b>181.047</b>	<b>70.071</b>

As movimentações nos exercícios de 2019 e 2018 foram as seguintes:

	<b>Consolidado</b>	<b>Controlada</b>
Saldo em 1º de Janeiro	70.071	-
Captação (2ª emissão de debêntures Tópico)	180.000	60.000
Pagamento de principal	(69.338)	-
Pagamento de juros	(8.127)	-
Juros provisionados	8.441	351
<b>Saldo em 31º de Dezembro</b>	<b>181.047</b>	<b>60.351</b>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 consolidados apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

2021	18.000
2022	27.000
2023	54.000
2024	81.000
Total	180.000

### a. Emissão de debêntures da Controlada

#### *1ª emissão de Debêntures Tópico*

Em 26 de fevereiro de 2015, a Tópico emitiu 156 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas são simples, ou seja, não há conversão em ações de emissão da Tópico. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente, nos meses de março e setembro, a partir do dia 31 de março de 2016 em 10 parcelas consecutivas até 30 de setembro de 2022 conforme 2º aditamento fiduciário realizado em Dezembro de 2017. Neste 2º aditamento alongou-se o prazo de Março de 2020 para Setembro de 2022. Sobre essas debêntures, incidem juros remuneratórios de CDI + 2,95% a.a. até o mês de março de 2018 e após esta data será 3.98% a.a.. As debêntures não possuem garantia.

Em 06 de dezembro de 2019, a Tópico quitou a totalidade da debênture, de forma antecipada, encerrando completamente sua 1ª emissão de debêntures.

### **2ª emissão de Debêntures Tópico**

Em 12 de novembro de 2019, a Tópico emitiu 120.000 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas são simples, ou seja, não há conversão em ações de emissão da Tópico. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente de forma crescente a partir de 2021, nos meses de maio e novembro, em 10 parcelas consecutivas até 12 de novembro de 2024, conforme termos da escritura de emissão. Sobre essas debêntures, incidem juros remuneratórios de CDI + 3,25% a.a. As debêntures possuem como garantia a obrigação de garantir um fluxo constante de recebíveis mínimo.

Na escritura contém uma cláusula contratual restritiva (covenant) estabelecendo que, ao final de cada exercício, o índice financeiro Dívida Líquida/ EBITDA não pode ser superior ou igual a 2,50 (dois e meio), caso contrário a dívida se torna imediatamente vencida. Para o exercício encerrado de 2019 não foi identificado quebra do índice financeiro.

## **b. Emissão de debêntures da Controladora**

### **1ª emissão de Debêntures SCG IV**

Em 12 de novembro de 2019, a SCG IV emitiu 60.000 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas são simples, ou seja, não há conversão em ações de emissão da SCG IV. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente de forma crescente a partir de 2021, nos meses de maio e novembro, em 10 parcelas consecutivas até 12 de novembro de 2024, conforme termos da escritura de emissão. Sobre essas debêntures, incidem juros remuneratórios de CDI + 4,90% a.a. As debêntures possuem como garantia: (1) alienação fiduciária sobre a totalidade das ações emitidas pela SCG IV de titularidade do SCG IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, correspondente a 95% do capital social da emissora; (2) cessão fiduciária sobre a totalidade dos direitos creditórios: (a) de titularidade da SCG IV na Tópico; (b) titularidade do SCG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.; e (c) de titularidade da Rio Jari SP Participações S.A. na Brinox Metalúrgica S.A.. Tais direitos creditórios incluem a totalidade dos: (i) dividendos, proventos, lucros, rendimentos, bonificações, frutos e direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores que venham a ser apurados; (ii) recebíveis decorrentes da eventual venda, alienação, cessão ou transferência, direta ou indireta, de ações das respectivas empresas; (iii) eventual sobrejo de eventual excussão das garantias de alienação fiduciária constituídas sobre as ações Tópico e Brinox; (iv) direitos detidos pela SCG IV em razão da titularidade da conta vinculada na qual serão depositados os recebíveis previstos na alíneas (a), (b) e (c); e (3) garantia corporativa emitida pela Southern Cross Latin America Private Equity Fund IV, L.P. e outras entidades da Southern Cross Group por meio da Guaranty Letter, até o limite de US\$24.500.

## 18 Fornecedores e outras contas a pagar

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fornecedores de materiais	835	2.088	-	-
Fornecedores de serviços e outros	3.393	3.556	48	-
Partes relacionadas - Nota 28	-	155	-	-
Outras contas a pagar*	-	103.109	-	103.109
	<b>4.228</b>	<b>108.908</b>	<b>48</b>	<b>103.109</b>
Circulante	4.228	10.345	48	4.546
Não circulante	-	98.563	-	98.563

(\*) Os valores demonstrados acima referente as parcelas a pagar aos ex-acionistas da Tópico no momento da aquisição da Companhia, que foram liquidadas antecipadamente em 29 de janeiro de 2019 no montante de R\$ 4.414 e em 09 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 104.330. Durante o exercício, houve incidência de juros no valor de R\$ 5.635.

## 19 Obrigações fiscais e trabalhistas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
ICMS	116	203
PIS E COFINS	637	2.545
INSS	666	864
FGTS	162	168
Outros impostos a recolher	438	437
	<b>2.019</b>	<b>4.217</b>

## 20 Impostos diferidos (Consolidado)

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre essas diferenças temporárias como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Diferenças temporárias:		
Provisões para ações trabalhistas	543	512
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.955	3.779
Provisão de bônus	581	538
Provisão de contas a pagar	694	445
Diferença de taxa de depreciação de ativo imobilizado	3.129	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	49.116	44.744
Benefício fiscal de ágio	2.554	17.881
Saldo referente a ajuste de avaliação patrimonial	(12.810)	(21.204)
Total	<b>47.763</b>	<b>46.695</b>

**b. Movimento dos impostos diferidos por diferenças temporárias durante o ano**

	31/12/2018	Reconhecidos no resultado	31/12/2019
Provisão para ações trabalhistas	512	31	543
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.779	176	3.955
Provisão de bônus	538	44	581
Provisão para contas a pagar	445	249	694
Depreciação	-	3.129	3.129
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	44.744	4.372	49.116
Imposto diferido – Ágio	17.881	(15.327)	2.554
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	<u>(21.204)</u>	<u>8.394</u>	<u>(12.810)</u>
Impostos diferidos líquido ativos (passivos)	<u><b>46.695</b></u>	<u><b>1.068</b></u>	<u><b>47.763</b></u>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estes sejam liquidados ou realizados. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

A controlada apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores no montante de R\$ 144.454 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 132.603 em 31 de dezembro de 2018). A administração constitui imposto de renda e contribuição social ativa no montante de R\$ 49.134 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 44.744 em 31 de dezembro de 2018). Com base nesta estimativa, a Administração acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados até Dezembro de 2024.

O IRPJ e CSLL diferidos oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão compensados conforme projeção abaixo:

2020	3.896
2021	4.412
2022	4.773
2023	5.165
2024	5.590
2025	8.821
2026	8.821
2027	<u>7.638</u>
<b>Total</b>	<u><b>49.116</b></u>

**c. Conciliação da taxa efetiva**

Reconciliação da taxa efetiva do imposto	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	11.068	(2.339)	6.708	(14.515)
Alíquota oficial de imposto %	-34%	-34%	-34%	-34%
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	<u>(3.763)</u>	<u>(795)</u>	<u>(2.281)</u>	<u>4.935</u>

Diferenças permanentes				
Despesas não dedutíveis: multas, doações e outras	20.157	7.632	2.281	(4.935)
Benefício fiscal do ágio	(15.326)	(15.326)	-	-
	<b>4.831</b>	<b>(7.695)</b>	<b>2.281</b>	<b>(4.935)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>1.068</b>	<b>(7.695)</b>	-	-
	1.068	(7.695)	-	-
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>9,65%</b>	<b>-34,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

## 21 Provisão para perda em processos judiciais

	<u>Consolidado</u>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Outras contas a receber (a)	1.988	1.885
Depósitos judiciais	788	700
Provisão para contingências - Passiva	(3.482)	(3.392)
	<u>(706)</u>	<u>(807)</u>

- (a) Do montante de R\$ 7.342 de Outras contas a receber em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.701 em 31 de dezembro de 2018), R\$ 1.988 (R\$ 1.885 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a contas a receber, previsto no acordo dos acionistas, com o objetivo do reembolso de ações cíveis, trabalhistas ou fiscais que são de responsabilidade dos antigos acionistas.

Movimentação da provisão para contingências e dos depósitos judiciais:

<b>Provisão para contingências</b>	<b>Outras contas a receber</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão passiva</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.885	700	(3.392)	(807)
(Reembolso) / Pagamento	(178)	(361)	917	378
(Adições) / Estornos	281	449	(1.007)	(277)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<b>1.988</b>	<b>788</b>	<b>(3.482)</b>	<b>(706)</b>

### a. Processos Possíveis

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos e pela própria administração como sendo de risco de perda possível, no montante abaixo demonstrado para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

<b>Expectativa de perda</b>	<b>Fiscais (i)</b>	<b>Trabalhistas (ii)</b>	<b>Total</b>
Possível em 31 de dezembro de 2018	41.421	745	42.166
Possível em 31 de dezembro de 2019	-	1.833	1.833

- (i) O Grupo avaliou como perda possível o risco fiscal decorrente de descaracterização do grupo econômico, por conta da distinção entre os sistemas de tributação das empresas Tópico Galpões e Tópico Estruturas, totalizando R\$ 41.421. Este risco prescreveu em dezembro de 2019.
- (ii) O saldo das perdas possíveis está líquido dos valores a serem reembolsados pelos antigos acionistas, conforme acordo de acionista.

## 22 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social da SCG IV Holding S.A, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 214.100 dividido em 207.273.700 (duzentos e sete milhões, duzentas e setenta e três mil e setecentas) ações, totalmente subscritas e integralizadas:

<b>Provisão para contingências</b>	<b>Ações</b>	<b>Capital</b>	<b>Participação</b>
SCG IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	196.910.015	203.113	94,85%
Kerilar Company S.A	10.363.685	10.987	5,15%
<b>Total</b>	<b><u>207.273.700</u></b>	<b><u>214.100</u></b>	<b><u>100%</u></b>

Em 15 de janeiro de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia de R\$ 20.000 mediante a emissão de 20.000.000 (vinte milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real)

O aumento de capital que foi integralizado conforme detalhado a seguir (a) SCG IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia a quantia de R\$ 19.000 equivalente a 19.000.000 (dezenove milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real); e (b) Kerliar Company, quantidade R\$ 1.000 equivalentes a 1.000.000 (um milhão) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real).

### b. Reserva de legal

O Grupo constitui reserva legal de 5% ao ano até atingir o limite de 20% do capital social.

### c. Dividendos

Em 12 de dezembro de 2019 a Tópico fez a distribuição de dividendos no montante de R\$ 42.169 para a SCG IV, e a SCG IV efetuou pagamento de R\$ 18.073 aos sócios não controladores previsto e aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve distribuição de dividendos.

## 23 Receita operacional líquida

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Venda de produtos	16.044	4.202
Locação, instalação e desmontagem	135.266	117.778
<b>Receita bruta contábil</b>	<b>151.310</b>	<b>121.980</b>
<b>Deduções de vendas</b>		
Impostos sobre vendas	(14.622)	(11.944)
Devoluções e abatimentos	(4.289)	(2.239)
<b>Receita líquida</b>	<b>132.399</b>	<b>107.797</b>

## 24 Despesas por natureza

<b>Consolidado 2019</b>	<b>Custo dos produtos e serviços vendidos</b>	<b>Despesas comerciais</b>	<b>Despesas administrativas</b>	<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>Total</b>
Consumo de materiais e estoque	(9.583)	-	-	-	(9.583)
Perda de inventários	(1.809)	-	-	-	(1.809)
Manutenção e outros materiais	(2.281)	(10)	(149)	-	(2.440)
Salários e encargos	(17.403)	(5.349)	(7.694)	-	(30.446)
Aluguéis de imóveis	(137)	-	(116)	-	(253)
Montagem	(2.880)	-	-	-	(2.880)
Depreciação do imobilizado	(35.840)	(58)	(263)	-	(36.161)
Amortização do intangível	(268)	(42)	(76)	-	(386)
Aluguéis de equipamentos	(5.768)	(50)	(200)	-	(6.018)
Frete e carretos	(4.720)	-	(5)	-	(4.725)
Acomodação e viagens	(4.372)	(460)	(280)	-	(5.112)
Assessoria jurídica e consultoria	(496)	(128)	(1.771)	-	(2.395)
Serviços de terceiros	(1.595)	(90)	(1.389)	-	(3.074)
Provisão de Contingências	(513)	(507)	12	-	(1.008)
Outros	(17)	(636)	(866)	(193)	(1.712)
<b>Total</b>	<b>(87.682)</b>	<b>(7.330)</b>	<b>(12.797)</b>	<b>(193)</b>	<b>(108.002)</b>

<b>Consolidado 2018</b>	<b>Custo dos produtos e serviços vendidos</b>	<b>Despesas comerciais</b>	<b>Despesas administrativas</b>	<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>Total</b>
Consumo de materiais e estoque	(1.310)	-	-	-	(1.310)
Perda de inventários	(1.295)	-	-	-	(1.295)
Manutenção e outros materiais	(4.153)	-	(386)	-	(4.539)
Salários e encargos	(10.641)	(4.225)	(7.794)	-	(22.660)
Aluguéis de imóveis	(1.928)	-	(314)	-	(2.242)
Montagem	(2.488)	-	-	-	(2.488)
Depreciação do imobilizado	(22.939)	-	(344)	-	(23.283)
Amortização do intangível	(106)	-	(268)	-	(374)
Aluguéis de equipamentos	(4.135)	(229)	(52)	-	(4.416)
Frete e carretos	(3.972)	-	(14)	-	(3.986)
Acomodação e viagens	(3.910)	(429)	(217)	-	(4.556)
Assessoria jurídica e consultoria	(62)	-	(1.569)	-	(1.631)
Serviços de terceiros	(2.563)	(148)	(1.338)	-	(4.049)
Provisão de Contingências	(1.055)	(633)	-	-	(1.688)
Perda com Investimento Tópico	-	-	-	(19.553)	(19.553)
Outros	(1.755)	(508)	(825)	(264)	(3.352)
<b>Total</b>	<b>(62.312)</b>	<b>(6.172)</b>	<b>(13.121)</b>	<b>(19.817)</b>	<b>(101.422)</b>

<b>Controladora</b>	<b>Despesas administrativas 2019</b>	<b>Despesas Administrativas 2018</b>
Serviços de terceiros	(258)	(85)
Outros	(21)	(13)
<b>Total</b>	<b>(279)</b>	<b>(98)</b>

## 25 Despesas financeiras líquidas

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2019	2018	2019	2018
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre debêntures	(8.441)	(8.352)	(351)	-
Juros sobre outras contas a pagar	(5.635)	(5.722)	(5.635)	(5.724)
Juros sobre arrendamento mercantil	(370)	-	-	-
Juros sobre impostos	-	-	-	-
Despesas bancárias	(40)	(53)	(15)	(1)-
Outras despesas financeiras	(257)	(411)	(16)	(20)
	<u>(14.743)</u>	<u>(14.538)</u>	<u>(6.017)</u>	<u>(5.745)</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas com aplicações financeiras	1.250	1.619	336	280
Outras receitas financeiras	581	754	-	146
	1.831	2.373	336	426
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<u>(12.912)</u>	<u>(12.165)</u>	<u>(5.682)</u>	<u>(5.319)</u>

## 26 Resultado líquido por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações e a sua média.

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2019	2018	2019	2018
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	12.114	(10.034)	6.686	(14.515)
Resultado por ação em R\$	0,06	(0,05)	0,03	(0,07)
<b>Quantidade de ações ao final do exercício</b>	<b>207.274</b>	<b>207.274</b>	<b>207.274</b>	<b>207.274</b>

## 27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, salários e férias a pagar, impostos e contribuições a recolher.

O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Grupo efetuou a avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação

apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir:

**a. Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

***Classificação dos instrumentos financeiros***

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	25.451	24.253
Contas a receber de clientes	28.137	18.728
Outras contas a receber	7.342	2.701
	<b>60.930</b>	<b>45.682</b>
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	(181.047)	(70.071)
Fornecedores	(4.228)	(5.799)
Outras contas a pagar	-	(103.109)
	<b>(185.275)</b>	<b>(178.979)</b>

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

**(i) Risco de crédito**

Esse risco é proveniente da possibilidade do Grupo não receber os valores decorrentes das prestações de serviços e vendas de produtos que de forma geral não tem garantias ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa	25.451	24.253
Contas a receber	28.137	18.728
Outras contas a receber	7.342	2.701
	<b>60.930</b>	<b>45.682</b>

### *Caixa e equivalentes de caixa*

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

### *Contas a receber*

A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual o Grupo esteja exposto, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda de crédito esperada, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 10 - Contas a receber.

Para efeito de risco de crédito, o Grupo entende que, de acordo com os históricos do mercado, a provisão para credores duvidosos para valores vencidos acima de 180 dias, seja o suficiente para cobrir possíveis perdas no futuro. A porcentagem coberta por este tipo de provisão representou a cobertura de 29,2% do saldo bruto de contas a receber (37,2% em 31 de dezembro de 2018).

### **(ii) Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. O Grupo, em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, mantém flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez do Grupo, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez do Grupo envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 a 12 meses</b>	<b>1 a 2 anos</b>	<b>2 a 5 anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Empréstimos e financiamentos	(181.047)	(248.439)	(696)	(5.246)	(23.709)	(218.787)
Arrendamento Mercantil	(5.178)	(5.178)	(1.217)	(1.178)	(1.361)	(1.422)
Fornecedores	(4.228)	(4.228)	(4.228)	-	-	-
	<b>(190.453)</b>	<b>(257.845)</b>	<b>(6.141)</b>	<b>(6.424)</b>	<b>(25.070)</b>	<b>(220.209)</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

**(iii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*Risco de taxas de juros*

O Grupo está exposto às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, o Grupo adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

O Grupo está exposto, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo na data das demonstrações financeiras era:

<b>Perfil dos instrumentos financeiros</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	<u>24.717</u>	<u>24.110</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(181.047)	(70.071)
Exposição de taxa variável (fluxo de caixa líquido)	<u>(156.330)</u>	<u>(45.961)</u>
	CDI	CDI
Aumento da taxa de juros considerado na análise de sensibilidade	1,0%	1,0%
<b>Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio</b>
Efeito das variações sobre o fluxo de caixa líquido	<u>(1.563)</u>	<u>(460)</u>
Aumento / (Redução)	<u>(1.563)</u>	<u>(460)</u>

**Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável**

A análise de sensibilidade levou em consideração os empréstimos e financiamentos que são atualizados pelos índices CDI.

Um aumento de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI na data das demonstrações financeiras teria produzido os efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido de acordo com os montantes demonstrados acima. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Uma redução de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI teria produzido efeitos inversos.

O Grupo avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

## 28 Partes relacionadas

### a. Transações entre partes relacionadas

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Outras contas a receber:</b>		
Solaris (i)		8
Superveniências (ii)	1.988	1.885
	<u>1.988</u>	<u>1.893</u>
Total de ativos com partes relacionadas	<u>1.988</u>	<u>1.893</u>
<b>Fornecedores e outras contas a pagar (nota 16)</b>		
Solaris (i)		155
Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A (ii)	15	-
	<u>15</u>	<u>155</u>
Total de passivos com partes relacionadas	<u>15</u>	<u>155</u>
<b>Resultado</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receita operacional</b>		
Solaris (i)	-	89
<b>Custos dos produtos vendidos e serviços prestados/ despesas</b>		
Solaris (i)	(1.324)	(1.255)
Carlu Empreendimentos e Participações Ltda.	(1.010)	-
RV Consultoria (ii)	-	(120)
	<u>(2.334)</u>	<u>(1.375)</u>
<b>Total do resultado com partes relacionadas</b>	<b><u>(2.334)</u></b>	<b><u>(1.286)</u></b>

- (i) A Companhia possui relacionamento comercial com a coligada Solaris, pois são controladas pelo mesmo controlador, para utilizar plataformas da coligada, os quais são locados pela SCG.
- (ii) Por conta da cláusula 7.1 e 7.13 do Acordo de Acionista celebrado entre a SCG e os vendedores da Tópico, foi acordado que a SCG concorda que os recursos líquidos recebidos ou pagos pela Tópico relacionados com superveniências ativas ou perdas indenizáveis decorrentes de atos ou fatos cujo fato gerador tenha ocorrido antes da data de fechamento serão revertidos em benefício dos vendedores ou indenização para ser paga a Tópico por seus vendedores. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo totaliza um montante de R\$ 1.885 referente a contingências trabalhistas provisionadas e parte deste montante será ressarcidas à Tópico na medida em que houver a conclusão dos referidos processos.

O Grupo considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, os quais receberam os seguintes benefícios de curto prazo:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Benefícios de curto-prazo (a)	1.913	2.773
	<u>1.913</u>	<u>2.773</u>

(a) São compostos por ordenados, pró-labore, salários e contribuições para previdência social.

## 29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta de seguinte forma:

<b>Cobertura</b>	<b>Vencimento (**)</b>	<b>Valor da cobertura</b>
Responsabilidade Civil	20/02/2019	3.000
Frota (*)	19/08/2019	470
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	14/04/2019	15.000
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos	31/05/2019	600

(\*) O Grupo possui uma apólice para cada veículo, sendo que esta cobre 100% do valor do veículo e outros riscos.

(\*\*) As apólices tem vencimento de 12 meses, sendo renovadas anualmente, por política do Grupo. As apólices com vencimento até a data de emissão destas demonstrações financeiras foram devidamente renovadas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices tem vencimento de 12 meses, sendo renovadas anualmente, por política do Grupo. As apólices com vencimento até a data de emissão destas demonstrações financeiras foram devidamente renovadas.

### **30 Eventos subsequentes**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, a Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo e com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras não foram identificadas alterações significativas na posição patrimonial e financeira, mas como posicionamento estratégico as seguintes principais medidas operacionais foram tomadas:

- Redução da produção e equipes de logística em 50% no mês de abril, devendo ser revisto considerando as demandas futuras.
- Revisão das aquisições de matérias primas e materiais de consumo para produção relacionadas à redução na demanda de fabricação dos produtos, considerando o cenário atual.

\* \* \*

Diego Stark  
Diretor Presidente

Gustavo Pereira de Freitas Santos  
Diretor

Marco Aurelio Rogerio Franco  
CRC 1.SP-127276/O-5